POLARIZAÇÃO POLÍTICA E FAKE NEWS: IMPACTOS SOBRE AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS NO BRASIL

POLITICAL POLARIZATION AND FAKE NEWS: IMPACTS ON DEMOCRATIC INSTITUTIONS IN BRAZIL

POLARIZACIÓN POLÍTICA Y NOTICIAS FALSAS: IMPACTOS SOBRE LAS INSTITUCIONES DEMOCRÁTICAS EN BRASIL

10.56238/IIMultiCientifica-192

Jayane Gama da Silva
Graduada em Direito
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
E-mail: jayane.gama@ufms.br

Tássio Túlio Braz Bezerra
Doutor em Ciências Jurídicas
Instituição: Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
E-mail: tassio.bezerra@ufms.br

RESUMO
Este artigo analisa os impactos da polarização política, associada à disseminação de fake news, sobre as instituições democráticas no Brasil. Parte-se do pressuposto de que o dissenso é elemento constitutivo dos regimes democráticos; contudo, sua radicalização, intensificada pela estratégia de propagação da desinformação, compromete o funcionamento regular das instituições e abala a confiança cidadã no Estado Democrático de Direito. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, baseia-se em autores nacionais e internacionais, com enfoque em teorias políticas e estudos sobre comunicação digital. O estudo distingue as formas de polarização ideológica e afetiva e identifica fatores que contribuem para sua intensificação no contexto brasileiro contemporâneo, destacando-se o papel das redes sociais digitais, dos discursos políticos radicalizados e da crise de representação. Analisa-se, ainda, como a disseminação de fake news funciona como instrumento de deslegitimação institucional. O problema central da pesquisa reside na forma como a radicalização da polarização política, potencializada pela propagação deliberada de desinformação, corrói a esfera pública e desestabiliza as instituições democráticas. Conclui-se que a interação entre polarização extrema e desinformação representa um risco real à democracia, ao fragilizar o debate público, gerar desconfiança generalizada e abrir espaço para soluções autoritárias. Defende-se, portanto, a necessidade urgente de fortalecer a educação política, promover a alfabetização midiática, adotar políticas de regulação digital e reafirmar o compromisso com os valores democráticos.

Palavras-chave: Polarização Política. Fake News. Democracia. Educação Midiática. Desinformação.

ABSTRACT
This article analyzes the impacts of political polarization, associated with the dissemination of fake news, on democratic institutions in Brazil. It is based on the assumption that dissent is a constitutive element of democratic regimes; however, its radicalization, intensified by the strategy of spreading disinformation, compromises the regular functioning of institutions and undermines citizen confidence in the Democratic State of Law. The research, of a qualitative and bibliographic nature, is based on national and international authors, with a focus on political theories and studies on digital communication. The study distinguishes between forms of ideological and affective polarization and identifies factors that contribute to their intensification in the contemporary Brazilian context, highlighting the role of digital social networks, radicalized political discourse, and the crisis of representation. It also analyzes how the dissemination of fake news functions as an instrument of institutional delegitimization. The central problem of the research lies in the way in which the radicalization of political polarization, potentiated by the deliberate propagation of disinformation, erodes the public sphere and destabilizes democratic institutions. It is concluded that the interaction between extreme polarization and disinformation represents a real risk to democracy, by weakening public debate, generating widespread distrust, and opening space for authoritarian solutions. Therefore, the urgent need to strengthen political education, promote media literacy, adopt digital regulation policies, and reaffirm commitment to democratic values is advocated.

Keywords: Political Polarization. Fake News. Democracy. Media Literacy. Disinformation.

RESUMEN
Este artículo analiza los impactos de la polarización política, asociada a la diseminación de noticias falsas, sobre las instituciones democráticas en Brasil. Se parte del presupuesto de que el disenso es elemento constitutivo de los regímenes democráticos; sin embargo, su radicalización, intensificada por la estrategia de propagación de la desinformación, compromete el funcionamiento regular de las instituciones y socava la confianza ciudadana en el Estado Democrático de Derecho. La investigación, de carácter cualitativo y bibliográfico, se basa en autores nacionales e internacionales, con enfoque en teorías políticas y estudios sobre comunicación digital. El estudio distingue las formas de polarización ideológica y afectiva e identifica factores que contribuyen a su intensificación en el contexto brasileño contemporáneo, destacándose el papel de las redes sociales digitales, de los discursos políticos radicalizados y de la crisis de representación. Se analiza, además, cómo la diseminación de noticias falsas funciona como instrumento de deslegitimación institucional. El problema central de la investigación reside en la forma en que la radicalización de la polarización política, potencializada por la propagación deliberada de desinformación, erosiona la esfera pública y desestabiliza las instituciones democráticas. Se concluye que la interacción entre polarización extrema y desinformación representa un riesgo real para la democracia, al fragilizar el debate público, generar desconfianza generalizada y abrir espacio para soluciones autoritarias. Se defiende, por lo tanto, la necesidad urgente de fortalecer la educación política, promover la alfabetización mediática, adoptar políticas de regulación digital y reafirmar el compromiso con los valores democráticos.

Palabras clave: Polarización Política. Noticias Falsas. Democracia. Educación Mediática. Desinformación.

1 INTRODUÇÃO

A democracia brasileira tem enfrentado, nos últimos anos, desafios significativos relacionados à intensificação da polarização política e à disseminação de fake news. Embora o dissenso político seja inerente aos regimes democráticos, a radicalização dos posicionamentos e a circulação massiva de desinformação vêm comprometendo o funcionamento regular das instituições e a confiança social nos mecanismos democráticos.

A polarização política não constitui um fenômeno inédito no Brasil. Todavia, a partir de acontecimentos como o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2018 e a centralidade das redes sociais no debate público, esse processo assumiu contornos mais intensos e conflituosos. Paralelamente, o uso estratégico de *fake news* passou a desempenhar papel relevante na formação da opinião pública, sobretudo em contextos eleitorais.

Assim, a pesquisa pretende responder ao seguinte problema: em que medida a polarização política, associada à disseminação de fake news, afeta as instituições democráticas brasileiras?

Nesse cenário, o presente artigo adota como hipótese a seguinte tese: a polarização política, associada à disseminação de fake news, afeta negativamente as instituições democráticas brasileiras, enfraquecendo a confiança pública, deteriorando o debate político e colocando em risco a legitimidade do Estado Democrático de Direito. Para tanto, analisa-se o conceito de polarização, seus fatores de intensificação no Brasil e suas consequências institucionais, com destaque para o papel da desinformação.

1.1 O QUE É POLARIZAÇÃO POLÍTICA?

A polarização política pode ser compreendida como um processo no qual opiniões, identidades e posicionamentos políticos se organizam em polos opostos progressivamente mais distantes, reduzindo o espaço para o diálogo e dificultando a construção de soluções consensuais. Nesse sentido, Sartori (2005) argumenta que a polarização se torna problemática quando os extremos passam a predominar no sistema político, inviabilizando a formação de compromissos democráticos.

A literatura especializada identifica dois tipos principais de polarização. A polarização ideológica refere-se às divergências substanciais em torno de projetos políticos, econômicos e sociais, sendo um fenômeno comum em democracias plurais (Mudde; Rovira Kaltwasser, 2018). Por outro lado, a polarização afetiva está relacionada à dimensão emocional do conflito político, caracterizada

por sentimentos de rejeição, hostilidade e desconfiança em relação ao grupo adversário, que passa a ser percebido como ilegítimo ou ameaçador (Sunstein, 2017).

No contexto brasileiro, esse fenômeno manifesta-se de maneira acentuada, especialmente na oposição entre grupos políticos associados às lideranças de Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro, bem como nas dinâmicas de petismo e antipetismo. A utilização recorrente de rótulos pejorativos evidencia a substituição do debate racional por ataques de natureza moral, contribuindo para a intensificação da fragmentação social e para a predominância de elementos emocionais sobre argumentos racionais.

Entre as formas de polarização, observa-se que a dimensão afetiva tem se mostrado predominante no Brasil. Esse tipo de polarização, marcado por forte carga emocional direcionada a candidatos e grupos políticos, não necessariamente se fundamenta em posicionamentos ideológicos consistentes. Estudos indicam que esse fenômeno se torna mais evidente a partir de 2018, embora já apresentasse sinais anteriores. Além disso, na dimensão simbólica da ideologia, não há evidências claras de uma divisão estruturada entre esquerda e direita, mas sim um processo de crescimento e radicalização de determinados espectros políticos. Já no que se refere às opiniões sobre temas públicos, verifica-se uma maior divisão social, ainda que essa não se traduza plenamente em uma polarização partidária formal (Fuks; Marques, 2022).

Dessa forma, a polarização no Brasil apresenta um caráter predominantemente emocional, em detrimento de uma orientação programática ou ideológica consolidada. Esse cenário pode comprometer a qualidade do debate democrático e intensificar tensões sociais. Ao mesmo tempo, a ausência de uma polarização ideológica estruturada sugere a existência de algum espaço para moderação e diálogo, embora o avanço de posições mais radicalizadas represente um desafio significativo.

Nesse contexto, Marques (2020) destaca que a polarização afetiva tende a produzir efeitos mais prejudiciais para a democracia, uma vez que desloca o foco do debate político de questões programáticas para conflitos emocionais. Enquanto parte da literatura aponta que a polarização ideológica pode gerar efeitos positivos, como o aumento da participação política e da consistência ideológica (Abramowitz, 2010; Hetherington, 2001; Lachat, 2008; Levendusky, 2010; Dalton, 2011; Singer, 2016), a polarização afetiva está associada a consequências negativas mais amplas, incluindo o enfraquecimento da legitimidade governamental perante os opositores.

1.2 FATORES QUE INTENSIFICAM A POLARIZAÇÃO E A DISSEMINAÇÃO DE FAKE NEWS NO BRASIL

A crescente polarização política e a disseminação de fake news no Brasil têm se consolidado como desafios significativos para a manutenção de um ambiente democrático sadio e plural. Esses fenômenos, embora distintos, são interdependentes e se intensificam especialmente no contexto das redes sociais digitais. A dinâmica dessas plataformas, aliada à fragilidade institucional e à crise de representatividade, contribui para um cenário de instabilidade e desconfiança generalizada.

O papel das redes sociais é central nesse processo. Seus algoritmos são programados para maximizar o engajamento dos usuários, favorecendo a propagação de conteúdos que despertam emoções intensas. Com isso, tendem a reforçar opiniões preexistentes e a isolar os indivíduos em "bolhas informacionais", onde perspectivas divergentes são pouco ou nada expostas (Pariser, 2011). Esse isolamento contribui para o aprofundamento das divisões ideológicas e dificulta o diálogo construtivo entre grupos distintos.

Nesse ambiente, a desinformação prolifera com facilidade. As fake news, produzidas de forma deliberada para influenciar opiniões ou comprometer reputações, encontram terreno fértil para se espalhar rapidamente. Conforme apontam Levitsky e Ziblatt (2018), a propagação sistemática de informações falsas corrói normas democráticas fundamentais, como a confiança mútua e o respeito às regras do jogo político.

Somado a isso, o discurso político tem se tornado cada vez mais hostil. Lideranças de diferentes espectros ideológicos adotam uma retórica agressiva que contribui para a radicalização do debate público. Instituições democráticas como o Judiciário, a imprensa e o sistema eleitoral são frequentemente retratadas como inimigas da vontade popular, alimentando o descrédito e a instabilidade institucional.

Outro aspecto importante é a crise de representatividade. Escândalos recorrentes de corrupção, promessas não cumpridas e desigualdades sociais persistentes têm alimentado o desencanto com a política. Nesse vácuo de confiança, discursos populistas e autoritários ganham força, muitas vezes sustentados por estratégias de desinformação que ampliam a polarização e enfraquecem os valores democráticos.

A velocidade com que conteúdos são compartilhados, aliada à ausência de filtros informacionais eficazes, favorece a disseminação de notícias falsas que, muitas vezes, atuam como instrumentos de persuasão ideológica e mobilização partidária.

Nesse contexto, as campanhas de desinformação não ocorrem de maneira aleatória, mas sim de forma estruturada e estratégica. De acordo com Mello (2020), a disseminação organizada de conteúdos falsos nas redes sociais configura uma forma contemporânea de manipulação política, com impactos relevantes no processo eleitoral brasileiro. Essa perspectiva evidencia que o problema não se limita à existência de informações falsas, mas envolve sua utilização sistemática como instrumento de influência sobre o comportamento dos eleitores e de enfraquecimento da confiança nas instituições democráticas.

O impacto dessas campanhas vai além das urnas. Ao promover desconfiança em instituições como o Judiciário, a imprensa e o sistema eleitoral, a desinformação contribui para a erosão da democracia, ampliando a polarização e radicalizando o discurso político.

Diante desse panorama, torna-se urgente repensar os mecanismos de regulação das plataformas digitais, bem como promover a educação para o uso crítico da informação. O fortalecimento das instituições democráticas e a valorização do debate público baseado em fatos são condições essenciais para enfrentar os efeitos prejudiciais da desinformação e da polarização. Assim, a construção de um espaço político mais equilibrado e plural depende do compromisso coletivo com a verdade, a tolerância e a participação cidadã.

1.3 FAKE NEWS, ALGORITMOS E O DESAFIO DEMOCRÁTICO NA ERA DIGITAL

A propagação de notícias falsas na era digital tornou-se um fenômeno alarmante e de grande influência na sociedade atual. O desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação facilitou a circulação dessas informações enganosas, transformando-as em uma estratégia cada vez mais utilizada por sua rapidez, facilidade de disseminação, amplo alcance e efeitos prejudiciais.

Esse cenário tem comprometido a qualidade do debate público, alimentando a desinformação, a polarização política e a desconfiança nas instituições. As redes sociais, em particular, atuam como canais potentes de disseminação, muitas vezes sem mecanismos eficazes de verificação. Além disso, a lógica dos algoritmos, que prioriza conteúdos sensacionalistas e virais, favorece a visibilidade das *fake news* em detrimento de informações verificadas.

A propagação de *fake news* no ambiente digital é motivada por interesses diversos e sustentada por mecanismos tecnológicos sofisticados. Indivíduos e grupos, tanto públicos quanto privados, exploram o potencial de convencimento dessas informações falsas para influenciar opiniões e defender seus interesses. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que os ganhos obtidos com a disseminação

dessas notícias, sejam eles financeiros, ideológicos ou estratégicos, costumam ser mais relevantes do que os riscos legais associados, os quais são muitas vezes brandos ou de difícil aplicação.

Os incentivos privados para a produção de *fake news* dependem dos custos e benefícios envolvidos na atividade.

> De um lado, o propagador de notícias poderá obter benefícios econômicos e não econômicos (como a satisfação de sua ideologia política) com a difusão de fake news. Por outro lado, a criação e gestão de informações socialmente indesejadas gerarão custos para o propagador, bem assim o risco de imposição de sanções cíveis e criminais. Em diversos contextos, os benefícios tendem a superar os custos da propagação de fake news [...]" (Bodart, 2018, p. 31).

Na prática, os custos para reproduzir conteúdo falso online são baixos, sobretudo com o uso de tecnologias automatizadas, como robôs e sistemas baseados em algoritmos, que facilitam a ampla distribuição de informação sem validação. A baixa probabilidade de identificação dos autores e a lentidão nos processos legais agravam ainda mais o problema, promovendo uma cultura de impunidade que estimula novos agentes a recorrerem à desinformação.

Paralelamente, a evolução das inteligências artificiais e dos sistemas de coleta e análise de dados em tempo real tornou a atuação das plataformas digitais ainda mais influente sobre o comportamento dos usuários. Segundo Russell (2016), as inteligências artificiais possuem a capacidade de processar grandes volumes de dados em tempo real, identificando padrões de comportamento e preferências dos usuários.

De forma complementar, Silveira (2018) destaca que, quando aplicados às plataformas digitais, os sistemas de inteligência artificial exercem papel central na modulação algorítmica, influenciando diretamente o tipo de conteúdo que é disponibilizado aos usuários. Essa modulação ocorre por meio da filtragem de informações, análise de preferências e organização dos conteúdos, o que, ao mesmo tempo em que aumenta o engajamento, pode limitar a diversidade de perspectivas acessadas.

Essa segmentação, por sua vez, contribui diretamente para a formação de bolhas informacionais, que reforçam crenças preexistentes e dificultam o contato com perspectivas divergentes. Segundo Silva e Nascimento (2023, p. 4796), a virtualização do discurso político nasce com a transferência do discutir e do fazer política para o ambiente virtual, submetendo as práticas democráticas aos algoritmos que pulverizam a sociedade em microssistemas virtuais fechados [...] as neocavernas (bolhas), cuja formação fundamentalista produz subjetividades e relações de poder substancialmente fundamentalistas de todas as ordens.

O impacto desse fenômeno vai além da esfera informativa: ele afeta processos eleitorais, compromete reputações, instiga discursos de ódio, alimenta teorias conspiratórias e pode gerar ameaças reais às instituições democráticas. Mesmo com os esforços das plataformas digitais para conter a desinformação, a velocidade com que surgem novas técnicas e tecnologias para produzir e difundir fake news torna o enfrentamento desse desafio uma tarefa complexa e permanente.

Diante disso, torna-se urgente a implementação de mecanismos regulatórios, aliados a uma cultura digital mais consciente, que promova a responsabilidade compartilhada entre plataformas, usuários e o Estado. Combater a desinformação é essencial para proteger a integridade das democracias e garantir um ambiente informacional baseado em pluralidade, verdade e responsabilidade.

1.4 CONSEQUÊNCIAS DA POLARIZAÇÃO E DAS FAKE NEWS PARA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

A intensificação da polarização política, associada à disseminação sistemática de fake news, tem produzido efeitos significativos sobre o funcionamento e a legitimidade das instituições democráticas. Esses fenômenos, ao se retroalimentarem, não apenas comprometem a qualidade do debate público, mas também afetam diretamente a confiança social nas estruturas que sustentam o Estado Democrático de Direito.

Nesse contexto, a desinformação atua como um elemento catalisador de tensões políticas, ampliando percepções distorcidas da realidade e reforçando antagonismos entre grupos sociais. Ao mesmo tempo, a polarização, especialmente em sua dimensão afetiva, contribui para a construção de identidades políticas rígidas, nas quais o adversário é frequentemente percebido como inimigo, dificultando o diálogo e a cooperação institucional.

As consequências desse cenário manifestam-se em múltiplas dimensões, incluindo a deterioração da esfera pública, a deslegitimação de instituições fundamentais, o enfraquecimento dos processos deliberativos e o aumento da instabilidade política. Dessa forma, compreender os impactos concretos da polarização e da desinformação torna-se essencial para avaliar os riscos impostos à democracia contemporânea e para a formulação de estratégias que visem à sua preservação.

1.4.1 Erosão do debate público e da deliberação democrática

A polarização política, aliada à disseminação de notícias falsas (*fake news*), tem provocado um impacto profundo e duradouro sobre a qualidade do debate público. Em vez de promover a troca

respeitosa de ideias, observa-se uma crescente substituição de argumentos racionais por discursos inflamados, ataques pessoais e teorias conspiratórias. Esse ambiente hostil fragiliza a capacidade de escuta e empatia entre os diferentes grupos sociais, o que dificulta a construção de consensos mínimos necessários à convivência democrática.

Para Habermas (2003), a democracia exige uma esfera pública baseada na comunicação argumentativa, em que os cidadãos participem ativamente da formação da opinião e da vontade coletiva. Quando essa esfera é invadida por desinformação e antagonismos radicais, o processo deliberativo é comprometido. A lógica do "nós contra eles" substitui o debate, promovendo uma cultura de cancelamento e silenciamento que mina os fundamentos do pluralismo.

Esse enfraquecimento da deliberação também afeta o funcionamento dos mecanismos institucionais. Parlamentares, representantes e demais agentes públicos passam a legislar sob pressão de audiências polarizadas, o que reduz o espaço para negociações, compromissos e construção de soluções consensuais. O resultado é um ambiente de instabilidade política, onde o embate substitui o diálogo, prejudicando a eficácia e a legitimidade das decisões democráticas.

Além disso, a degradação do debate público impacta diretamente a formação da opinião pública. Em um ambiente informacional marcado pela circulação de conteúdos enganosos, os cidadãos passam a construir suas percepções com base em informações distorcidas. Como observa Cass Sunstein, 'um dos maiores problemas das democracias contemporâneas é que as pessoas são cada vez mais expostas apenas a informações que reforçam suas próprias crenças' (Sunstein, 2017, p. 5). Esse fenômeno compromete a qualidade da deliberação pública e limita a capacidade crítica dos indivíduos.

Outro aspecto relevante é a progressiva substituição do debate racional por disputas baseadas em narrativas emocionalmente carregadas. Nesse sentido, Jürgen Habermas destaca que 'a esfera pública depende de um fluxo de comunicação livre de coerções, no qual os melhores argumentos possam prevalecer' (Habermas, 2003, p. 36). No entanto, a presença massiva de desinformação e discursos polarizados rompe com essa lógica, dificultando a construção de consensos e o exercício pleno da cidadania deliberativa.

Ademais, a intensificação da polarização afetiva reduz significativamente a disposição ao diálogo com posições divergentes. A identidade política passa a ser construída em oposição ao outro, transformando adversários em inimigos. Como argumenta Cass Sunstein (2017, p. 67), "grupos que deliberam tendem a se tornar mais extremos na direção de suas inclinações iniciais". Esse processo, conhecido como "polarização de grupo", contribui para o agravamento das divisões sociais e políticas.

Paralelamente, a lógica algorítmica das plataformas digitais intensifica esse cenário ao restringir a diversidade informacional. Conforme aponta Eli Pariser, 'o filtro invisível molda o mundo que vemos, limitando a exposição a ideias que desafiam nossas visões' (PARISER, 2011, p. 9). Esse fenômeno das chamadas bolhas informacionais reforça crenças preexistentes e dificulta o contato com perspectivas divergentes, aprofundando a fragmentação do espaço público.

Por fim, a erosão do debate público compromete a própria ideia de cidadania democrática. Sem acesso a informações confiáveis e sem um ambiente propício ao diálogo racional, a participação política tende a se tornar superficial e reativa. Nesse contexto, enfraquece-se o papel do cidadão como agente ativo na construção da vontade coletiva, elemento essencial para a manutenção e o fortalecimento das instituições democráticas.

1.4.2 Deslegitimação e desconfiança nas instituições

A disseminação de fake news desempenha um papel determinante no processo de deslegitimação das instituições democráticas. No caso brasileiro, órgãos como o Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional, a imprensa e o sistema eleitoral têm sido alvos frequentes de campanhas de desinformação organizadas, muitas vezes coordenadas por atores políticos ou econômicos com interesses específicos. Essas estratégias não apenas enfraquecem a imagem das instituições, como também corroem a confiança da população nas decisões tomadas por elas.

Segundo Levitsky e Ziblatt (2018), a rejeição sistemática das normas democráticas e a deslegitimação das instituições responsáveis por garantir a ordem política são características de regimes que caminham para o autoritarismo. Quando parte significativa da população passa a duvidar da legalidade das decisões judiciais, da lisura das eleições ou da independência da imprensa, cria-se um terreno propício para o surgimento de alternativas antidemocráticas, muitas vezes camufladas sob soluções simples e populistas.

A fragilização do Estado de Direito é uma das consequências mais graves desse processo. Sem confiança nas instituições, perde-se a capacidade de mediação de conflitos por vias legais e institucionais, abrindo espaço para soluções autoritárias, violências simbólicas e até mesmo físicas. A estabilidade democrática, portanto, depende diretamente da preservação da credibilidade institucional.

Além disso, a desinformação contribui para a construção de narrativas que distorcem o papel e o funcionamento das instituições democráticas, apresentando-as, muitas vezes, como estruturas corruptas, ineficientes ou manipuladas por interesses ocultos. Esse tipo de discurso, amplamente

difundido nas redes sociais, tende a simplificar questões complexas e a reforçar percepções negativas, dificultando a compreensão crítica por parte da população. Como observa Mello (2020, p. 32), 'a desinformação é usada como arma política para confundir, enganar e dividir a sociedade', evidenciando seu impacto direto sobre a percepção pública das instituições.

Outro aspecto relevante diz respeito ao impacto dessa deslegitimação sobre o comportamento político dos cidadãos. A perda de confiança nas instituições pode levar ao afastamento da participação política formal, como o voto consciente, o engajamento em partidos ou a atuação em espaços deliberativos. Em contrapartida, observa-se o fortalecimento de formas de participação baseadas em mobilizações emocionais, frequentemente impulsionadas por conteúdos desinformativos. Nesse sentido, Cass Sunstein (2017, p. 5) afirma que 'grupos de pessoas que pensam de maneira semelhante tendem a se tornar mais extremistas após discutirem entre si', o que contribui para a radicalização e o enfraquecimento do diálogo democrático.

Ademais, a desconfiança institucional tende a afetar diretamente a governabilidade. Governos que enfrentam altos níveis de descrédito encontram maiores dificuldades para implementar políticas públicas, aprovar reformas e manter a estabilidade política. Isso ocorre porque a legitimidade é um elemento fundamental para o exercício do poder em regimes democráticos. Conforme destaca Norberto Bobbio (2000, p. 30), 'o poder só é legítimo quando é aceito como tal por aqueles sobre os quais é exercido', o que demonstra a centralidade da confiança para a estabilidade democrática.

Nesse sentido, a atuação de atores que promovem deliberadamente a desinformação revela-se ainda mais preocupante. Ao explorar fragilidades institucionais e emocionais da população, essas estratégias contribuem para a erosão gradual dos pilares democráticos. A repetição constante de narrativas falsas ou distorcidas cria um efeito de naturalização da desconfiança, tornando cada vez mais difícil restabelecer a credibilidade das instituições perante a sociedade. Como alertam Levitsky e Ziblatt (2018, p. 9), 'as democracias não morrem apenas por golpes, mas também pela erosão gradual das normas democráticas', o que inclui a perda de confiança institucional.

Por fim, é importante destacar que a reconstrução da confiança institucional exige esforços coordenados e de longo prazo. Medidas como o fortalecimento da transparência pública, a responsabilização de agentes que disseminam desinformação e o incentivo à educação política e midiática são fundamentais para reverter esse quadro. Somente por meio da reafirmação dos valores democráticos e do compromisso com a verdade será possível restabelecer a legitimidade das instituições e garantir a estabilidade do regime democrático.

1.5 CAMINHOS POSSÍVEIS PARA O FORTALECIMENTO DEMOCRÁTICO

Apesar da gravidade dos desafios impostos pela polarização e pelas fake news, é possível traçar estratégias para mitigar seus impactos e fortalecer a democracia. Esses desafios, embora complexos, não são insuperáveis, desde que haja empenho coletivo e ações coordenadas entre diferentes setores da sociedade. A superação da atual crise de confiança institucional e informacional requer não apenas reformas legais e institucionais, mas também mudanças culturais profundas.

Um dos caminhos fundamentais é o investimento em educação política e midiática, desde os primeiros anos de formação escolar até o ensino superior e a educação continuada. Trata-se de capacitar os cidadãos a identificar informações falsas, reconhecer manipulações discursivas e compreender criticamente o funcionamento das instituições democráticas. A alfabetização midiática, nesse sentido, não se resume à habilidade de acessar conteúdo digital, mas à formação de um olhar questionador, sensível à diversidade de fontes e atento à qualidade da informação.

O enfrentamento da desinformação também requer a atuação conjunta do Estado, da sociedade civil organizada, do setor educacional, das plataformas digitais e da iniciativa privada. Políticas públicas voltadas à regulação de conteúdo digital devem ser elaboradas com critérios técnicos e democráticos, garantindo transparência nos algoritmos, responsabilidade editorial das plataformas e mecanismos efetivos de denúncia e contenção da desinformação. Ao mesmo tempo, é fundamental assegurar que tais medidas não sejam utilizadas como instrumentos de censura ou perseguição política.

O fortalecimento do jornalismo profissional é outra peça-chave nesse processo. É essencial apoiar iniciativas jornalísticas independentes, garantir condições dignas de trabalho para profissionais da comunicação e promover a valorização da imprensa como pilar da fiscalização do poder e da formação cidadã. A população deve ter acesso não apenas à informação, mas à informação verificada, contextualizada e produzida com responsabilidade ética.

Outra dimensão importante é o fortalecimento da cultura democrática no âmbito institucional e social. O incentivo a lideranças que promovam o diálogo, a escuta e o respeito à diversidade política pode contribuir para a reabilitação da confiança no sistema. Tal cultura deve ser sustentada por práticas participativas e inclusivas, que permitam o envolvimento efetivo da população nas decisões que afetam suas vidas.

Isso também exige reformas políticas estruturais, como o aperfeiçoamento dos mecanismos de representação, o fortalecimento dos partidos como espaços de mediação entre a sociedade e o Estado, a promoção da transparência na gestão pública e a ampliação dos canais de participação direta. Quanto

mais representativo e transparente for o sistema, menor será o espaço para discursos de descrédito e ruptura institucional.

Como observa Dahl (2001), a democracia não é um estado fixo, mas um processo em constante aperfeiçoamento, que depende da participação ativa dos cidadãos e do compromisso coletivo com seus valores. Nesse sentido, o combate à polarização e à desinformação é mais do que uma questão técnica ou institucional: é uma tarefa civilizatória, essencial para a sobrevivência das democracias contemporâneas. Ao reconhecer a complexidade desses desafios, abre-se também a possibilidade de construir respostas duradouras e transformadoras, que resgatem a centralidade da verdade, da tolerância e do bem comum na vida pública. A análise apresentada ao longo deste artigo permite concluir que a polarização política, quando associada à disseminação sistemática de fake news, representa uma ameaça concreta à vitalidade das instituições democráticas no Brasil. Ainda que o dissenso e o conflito sejam componentes normais e até desejáveis em regimes democráticos, a radicalização das opiniões, alimentada pela desinformação e por discursos de intolerância, compromete o espaço do debate público e mina a confiança nos mecanismos institucionais.

2 CONCLUSÃO

A combinação entre polarização afetiva, manipulação algorítmica e campanhas organizadas de desinformação favorece a construção de bolhas informacionais que isolam os cidadãos e promovem uma visão distorcida da realidade política. Isso não apenas intensifica os antagonismos sociais, como também fragiliza a legitimidade das instituições democráticas, tornando-as alvos frequentes de desconfiança e hostilidade.

Diante desse panorama, torna-se imperativo que a sociedade brasileira adote medidas concretas e articuladas para proteger sua democracia. Isso inclui, entre outros aspectos, o fortalecimento da educação política e midiática, o apoio ao jornalismo independente e de qualidade, a regulação transparente das plataformas digitais e a promoção de lideranças comprometidas com o diálogo e o respeito à diversidade.

Em suma, a investigação voltou-se centralmente para o problema de como a radicalização da polarização política, potencializada pela propagação deliberada de desinformação, corrói a esfera pública e desestabiliza as instituições democráticas. A partir dessa problematização, a hipótese restou confirmada no seguinte sentido: conclui-se, portanto, que o futuro da democracia brasileira depende da capacidade de reconstruir o debate público sobre bases racionais e respeitosas. Reconhecer o

adversário como integrante legítimo da política é indispensável para superar a polarização e a desinformação. Apenas com esse compromisso será possível fortalecer as instituições e assegurar uma sociedade mais justa, plural e democrática.



REFERÊNCIAS

BODART, Bruno. Fake news e processo eleitoral: responsabilidade civil e liberdade de expressão . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia . São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DAHL, Robert. Sobre a democracia . Brasília: Editora UnB, 2001.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. Polarização política no Brasil: evidências recentes e desafios democráticos . Revista Brasileira de Ciências Sociais , São Paulo, v. 37, n. 110, e3711007, 2022.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública . Rio de Janeiro: T empo Brasileiro, 2003.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem . Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARQUES, Pedro Henrique. Polarização afetiva no Brasil: bases sociais e consequências políticas . 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) -Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

MELLO, Patrícia Campos. A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital . São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. Populism: a very short introduction . Oxford: Oxford University Press, 2018.

PARISER, Eli. The filter bubble . New York: Penguin Press, 2011.

SARTORI, Giovanni. Partidos e sistemas partidários . Brasília: Editora UnB, 2005.

SILVA, Lucas Gonçalves da; NASCIMENTO, Reginaldo Felix. Democracia virtualizada: bolhas informacionais e o discurso político na era digital. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE, 2023, Santa Maria. Anais [...] . Santa Maria: UFSM, 2023. p. 4796.

SILVEIRA, Sérgio. Modulação algorítmica e bolhas de filtro nas redes sociais. Revista Direito & Tecnologia , v. 14, n. 2, p. 150-168, 2018.

SUNSTEIN, Cass R. #Republic: divided democracy in the age of social media . Princeton: Princeton University Press, 2017.

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. Inteligência artificial . 3. ed. São Paulo: Pearson Education, 2016.